

Antônio Pereira Gaio Júnior
Cleyson de Moraes Mello

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Comentado

Doutrina | Jurisprudências | Legislação | Súmulas

2ª Edição

Revista e Atualizada, incluindo comentários à Lei n. 13.460/2017
(Usuário dos Serviços Públicos da Administração Pública)



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2018 by Antônio Pereira Gaio Júnior e Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Diagramação e Capa: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G143c

Gaio Júnior, Antônio Pereira

Código de defesa do consumidor comentado: doutrina, jurisprudência,
legislação, súmulas / Antônio Pereira Gaio Júnior, Cleyson de Moraes
Mello. 2 Ed. – Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 2018.

826.p. ; 23.cm.

ISBN 978-85-7987-333-1

1. Brasil. Código de defesa do consumidor (1990). 2. Defesa do consumidor
– Legislação – Brasil. I. Mello, Cleyson de Moraes II. Título.

CDD- 343.81071



Freitas Bastos Editora

Tel./Fax: (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www. freitasbastos.com

SUMÁRIO

Prefácio	XXVII
Apresentação	XIX
Introdução – “O Caso Panasonic”	XXXIX
TÍTULO I – Dos Direitos do Consumidor	1
CAPÍTULO I – Disposições Gerais	1
1.1 Direitos Fundamentais	1
1.2 A concepção dos direitos fundamentais na Constituição de 1988	2
1.3 A diferença entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	3
1.4 As dimensões dos direitos fundamentais.....	4
1.5 Fundamento Constitucional do Direito do Consumidor	5
1.6 Nações Unidas	7
1.7 Normas de Sobredireito	8
1.8 Sistematização.....	9
2.1 Conceito de consumidor	9
2.1.1 Finalismo Aprofundado (Teoria Finalista Aprofundada).....	12
2.2 Consumidor por equiparação (bystander)	13
2.3 Instituições financeiras	16
2.4 Sistema Financeiro Habitacional.....	17
2.5 Entidades de Previdência Privada.....	18
2.6 Planos de saúde	22
2.7 Transporte Aéreo de Pessoas	22
2.8 Jurisprudências	24
3.1 Conceito de Fornecedor	27
3.2 Produto	30
3.3 Serviço	31
3.4 Comércio Eletrônico – Regras para e-commerce	32
3.5 Jurisprudências.....	36
CAPÍTULO II – Da Política Nacional de Relações de Consumo	46
4.1 Política nacional de relações de consumo.....	46
4.2 Transparência.....	50
4.3 Vulnerabilidade do consumidor.....	51

4.4 Ação Governamental.....	52
4.5 Boa-fé.....	57
4.5.1 Venire contra factum proprium non potest	63
4.5.2 Tu quoque	65
4.5.3 Surrectio e supressio	66
4.5.4 Duty to mitigate the loss	72
4.5.5 Diferença entre boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	74
4.5.6 O princípio da boa-fé e teoria do abuso do direito.....	75
4.5.7 O princípio da boa-fé e a responsabilidade pré-contratual	75
4.6 Educação e Informação	77
4.7 Qualidade e Segurança de Produtos e Serviços	78
4.8 Conflito nas Relações de Consumo e Arbitragem	79
4.9 Abusos praticados no Mercado de Consumo.....	84
4.10 Serviços Públicos.....	85
4.11 Jurisprudências.....	93
5.1 Execução da Política Nacional das Relações de Consumo	96
CAPÍTULO III – Dos Direitos Básicos do Consumidor.....	100
6.1 Direitos do consumidor	101
6.2 Proteção da vida, saúde e segurança dos consumidores e terceiros	103
6.3 Educação do consumidor.....	104
6.4 Informação sobre produtos e serviços.....	105
6.5 Publicidade enganosa e abusiva e práticas abusivas	107
6.6 Cláusulas contratuais abusivas	122
6.7 Inversão do ônus da prova	122
7.1 Fontes do Direito do Consumidor	125
7.2 Solidariedade	126
7.3 Jurisprudências.....	127
CAPÍTULO IV – Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos	128
SEÇÃO I – Da Proteção à Saúde e Segurança	128
8.1 Riscos à saúde ou segurança dos consumidores	130
9.1 Produtos nocivos ou perigosos.....	130
9.1.1 Jurisprudências.....	131
9.2 Dever de informar de maneira ostensiva e adequada	131
10.1 Alto Grau de Nocividade ou periculosidade	148
10.2 Nocividade Posterior	148
11.1 Artigo Vetado	153
SEÇÃO II – Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço.....	154
12.1 Responsabilidade Civil – Noções Gerais.....	154
12.2 A Responsabilidade Civil na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Código Civil Brasileiro (Lei no 10.406/2002).....	156

12.3 Da posição Jurídica da Responsabilidade Civil.....	156
12.4 Natureza Jurídica.....	157
12.5 Classificação Costumeira	158
12.6 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva.....	164
12.7 Responsabilidade direta e indireta.....	166
12.7.1 Responsabilidade direta	166
12.7.2 Responsabilidade indireta.....	167
12.7.2.1 Por fato de terceiro.....	167
12.7.2.2 Por fato de animal.....	168
12.7.2.3 Por coisas inanimadas	169
12.8 Pressupostos da Responsabilidade Civil	170
12.8.1 Conduta.....	170
12.8.2 Culpa (lato sensu)	170
12.8.3 Dano	171
12.8.4 O nexo de causalidade.....	174
12.9 As Excludentes da Responsabilidade Civil	174
12.9.1 Legítima Defesa.....	175
12.9.2 Exercício regular de direito.....	175
12.9.3 Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro	176
12.9.4 Caso fortuito e força maior.....	176
12.10 Ação Indenizatória.....	176
12.11 Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo	177
12.12 Quadro Sinóptico.....	179
12.13 Responsabilidade – Reparação dos Danos	180
12.14 Produto Defeituoso e Princípio da Segurança	182
12.15 Inovações Tecnológicas.....	185
12.16 Excludentes.....	185
13.1 Responsabilidade do Comerciante	187
13.2 Jurisprudências:.....	188
14.1 Responsabilidade Civil pelo Fornecimento de Serviços	190
14.1.1 Jurisprudências.....	191
14.2 Serviço Defeituoso e Princípio da Segurança.....	195
14.2.1 Jurisprudências.....	196
14.3 Profissionais Liberais	197
15.1 Artigo Vetado	200
16.1 Artigo Vetado	200
17.1 Vítimas do Evento – Equiparação aos Consumidores	200

SEÇÃO III – Da Responsabilidade por Vício do Produto

e do Serviço	201
18.1 Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço.....	203
18.2 Vícios do Produto e do Serviço e Vícios Redibitórios.....	203
18.3 Solidariedade	206

18.4 Sanções Previstas.....	208
18.4.1 Ampliação ou redução do prazos	213
18.5 Produtos in natura	213
18.6 Produtos Impróprios ao Uso e Consumo	214
18.7 Jurisprudências.....	214
19.1 Vícios de Quantidade do Produto.....	234
19.2 Sanções previstas.....	236
20.1 Vícios do Serviço.....	238
20.2 Sanções previstas.....	239
20.3 Reexecução dos Serviços.....	239
20.4 Serviços impróprios.....	239
20.5 Jurisprudências.....	239
21.1 Componentes de reposição originais adequados e novos	246
22.1 Poder Público	247
22.2 Serviços públicos de energia elétrica. Lei nº 9.427/96. Arts. 14 e seguintes.....	250
22.3 Serviços de telecomunicações. Lei 9.472/97. Arts. 103 e seguintes	253
22.4 Serviço essencial contínuo.....	254
22.5 Jurisprudências.....	255
23.1 Ignorância dos Vícios	265
24.1 Garantia Legal.....	265
24.2 Jurisprudências.....	266
25.1 Cláusulas de Exoneração.....	267
SEÇÃO IV – Da Decadência e da Prescrição.....	268
26.1 Decadência – Noções	269
26.2 Prazos Decadenciais	270
26.3 Início da Contagem do Prazo.....	271
26.4 Causas Obstativas da Decadência.....	272
26.5 Jurisprudências.....	273
27.1 Prescrição – Noções.....	279
27.2 Quanto à solidez e segurança dos edifícios e outras construções consideráveis	284
27.3 Prescrição no CDC	286
27.4 Prazo da ação revisional de cláusula abusiva de contrato de plano de saúde.....	288
27.5 Jurisprudências.....	288
SEÇÃO V – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	299
28.1 Desconsideração da Personalidade Jurídica – Noções.....	299
28.2 Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil	300
28.3 Desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor – CDC	307

28.4 Agrupamentos Societários.....	308
28.5 Agrupamentos Consorciadas	308
28.6 Sociedades Coligadas.....	309
28.7 Jurisprudências.....	309
CAPÍTULO V – Das Práticas Comerciais.....	314
SEÇÃO I – Das Disposições Gerais.....	314
29.1 Práticas Comerciais.....	315
29.2 Marketing.....	315
29.3 Conceito de consumidor para as práticas comerciais	315
29.4 Jurisprudências.....	317
SEÇÃO II – Da Oferta.....	321
30.1 Tratativas Preliminares.....	321
30.2 Proposta.....	324
30.2.1 Proposta sem força obrigatória	325
30.3 Oferta.....	325
30.4 Princípio da Vinculação.....	329
30.5 Erro grosseiro na oferta ou preço abaixo do mercado?	329
30.6 Jurisprudências.....	330
31.1 Direito à Informação	333
31.2 Afixação de Preços de Produtos e Serviços	336
31.3 Informações sobre produtos refrigerados.....	341
31.4 Jurisprudências.....	341
32.1 Dever de fornecer peças de reposição enquanto durar a fabricação ou importação do produto	358
32.2 Jurisprudências	358
33.1 Oferta ou venda por telefone ou reembolso postal	360
33.2 Chamada Onerosa ao Consumidor	362
34.1 Solidariedade do fornecedor pelos atos dos prepostos	363
34.2 Médico-Chefe da equipe cirúrgica.....	365
35.1 Recusa de cumprimento da oferta	367
35.2 Enganosidade.....	368
35.3 Declaração Publicitária	370
SEÇÃO III – Da Publicidade	370
36.1 Publicidade.....	371
36.2 Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.....	371
36.3 Princípio da Identificação da Publicidade	371
36.3.1 Merchandising.....	372
36.3.2 Teaser.....	372
36.4 Princípio da Transparência da Fundamentação da Publicidade	373
36.5 Ilícitos penais em relação à publicidade.....	373

37.1 Princípio da veracidade da publicidade	375
37.2 Princípio da não abusividade da publicidade.....	381
37.3 Publicidade comparativa.....	382
37.4 Contrapropaganda	383
38.1 Princípio da Inversão do ônus da prova na publicidade.....	385
SEÇÃO IV – Das Práticas Abusivas	385
39.1 Práticas Abusivas.....	387
39.2 Sanções previstas.....	388
39.3.1 Corte de energia e água	389
39.3.2 Cobrança por serviços não solicitados.....	389
39.3.3 Plano de saúde. Descrédenciamento de clínica médica no curso de tratamento quimioterápico, sem substituição por estabelecimento de saúde equivalente	390
39.3.4 Conferência de mercadorias na saída do estabelecimento comercial, após regular pagamento	390
39.3.5 Cobrança de preços diferenciados para venda em dinheiro, cheque e cartão de crédito.....	391
39.3.6 Cobrança do PIS e da COFINS na fatura telefônica	392
39.3.7 ‘Venda casada’ em cinemas. Vedação do consumo de alimentos adquiridos fora dos estabelecimentos cinematográficos.....	392
39.4 Condicionamento do fornecimento de produto ou serviço.....	393
39.4.1 Telefonia: cláusula de fidelidade.....	396
39.5 Recusa de Atendimento ao consumidor	397
39.6 Fornecimento de produto ou serviço não solicitado.....	397
39.7 Hipossuficiência do consumidor	399
39.8 Exigência de vantagem excessiva	399
39.9 Serviços sem orçamento e autorização expressa do consumidor.....	400
39.10 Informação depreciativa sobre o consumidor.....	400
39.11 Produtos ou Serviços em Desacordo com as Normas Técnicas	400
39.11.1 ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.....	401
39.11.2 SIMMETRO – Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.....	401
39.11.2.1 Organismos do SIMMETRO	402
39.11.2.2 Funções do SIMMETRO	402
39.11.2.2.1 Metrologia Científica e Industrial	402
39.11.2.2.2 Metrologia Legal	403
39.11.2.2.3 Normalização e Regulamentação Técnica.....	403
39.11.2.2.4 Acreditação.....	403
39.11.2.2.5 Certificação.....	404
39.11.2.2.6 Ensaio e Calibrações	404
39.11.3 CONMETRO – Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.....	405

39.11.4 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.....	406
39.11.4.1 Atribuições Principais	406
39.11.4.2 Processo de acreditação	407
39.11.4.3 Reconhecimento Internacional.....	408
40.1 Orçamento prévio	409
40.2 Prazo de validade da proposta e Aceitação	410
40.3 A contratação de serviços de terceiros	410
40.4 Jurisprudências	410
41.1 Tabelamento de preços.....	412
SEÇÃO V – Da Cobrança de Dívidas.....	413
42.1 Cobrança de dívidas	413
42.2 Repetição do indébito.....	414
42.3 Engano Justificável.....	415
42.4 Repetição de indébito de ICMS – Água tratada.....	416
42.5 Fornecimento de energia elétrica. Cobrança indevida	417
42.6 Prazo Prescricional – Água e Esgoto. Tarifa. Cobrança indevida.....	418
42.7 Jurisprudências.....	418
42-A.1 Identificação do Fornecedor	425
SEÇÃO VI – Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores.....	425
43.1 SPC – Serviço de Proteção ao Crédito	426
43.2 SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S.A.....	426
43.2.1 Serasa Experian	427
43.3 SISBACEN – Sistema de Informação do Banco Central.....	427
43.4 Cadastro Positivo de Consumidores	428
43.4.1 Lei 12.414/11.....	429
43.4.2 Decreto nº 7.829, de 17 de outubro de 2012.....	434
43.5 Arquivos de Consumo.....	445
43.6 Natureza Jurídica.....	446
43.7 Notificação prévia ao consumidor	446
43.8 Quitação da dívida e cancelamento do registro	448
43.9 Inscrição indevida no cadastro de inadimplentes	450
43.10 Informação verdadeira, objetiva, clara e de fácil compreensão e prazo.....	452
43.11 Prazo da Informação	452
43.11.1 Direito ao esquecimento. Prazo genérico de 5 anos no cadastro de consumidores (informação negativa)	453
43.11.2 Prazo da Ação de Cobrança.....	454
43.12 Sistema credit scoring.....	455
44.1 Cadastro Nacional de Reclamações.....	457
45.1 Artigo Vetado	458

CAPÍTULO VI – Da Proteção Contratual	458
SEÇÃO I – Disposições Gerais	458
46.1 Um novo locus hermenêutico e a nova metódica do direito civil	458
46.2 O círculo hermenêutico e a questão dos preconceitos.....	461
46.3 A questão da pertença	462
46.4 O tempo em sua produtividade hermenêutica	463
46.5 A questão da história efetual e situação hermenêutica	463
46.6 A importância de ter horizontes, a fusão de horizontes	464
46.7 A hermenêutica como aplicação	467
46.8 Novos Paradigmas Contratuais.....	467
46.9 Contrato de Adesão e Contrato Paritário	468
46.10 Jurisprudências.....	469
47.1 Interpretação mais Favorável ao Consumidor	474
47.2 Jurisprudências.....	475
48.1 Escritos particulares, recibos e contrato preliminar nas relações de consumo	481
48.2 Execução Forçada da Obrigação de Fazer	481
49.1 Direito de Arrependimento	482
49.2 Prazo de Reflexão	482
49.3 Financiamento. Alienação Fiduciária. Arrependimento	484
49.4 Os prazos e sua contagem	484
49.5 Devolução das Quantias Pagas.....	486
50.1 Garantia Contratual.....	486
50.2 Padronização do Termo de Garantia.....	487
SEÇÃO II – Das Cláusulas Abusivas	487
51.1 Cláusulas Abusivas.....	489
51.2 Nulidade das Cláusulas Abusivas.....	489
51.3 Rol exemplificativo das Cláusulas Abusivas	490
51.4 Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor	490
51.5 Cláusulas de renúncia ou disposição de direitos	491
51.6 Cláusula de Limitação da Indenização e o Consumidor-pessoa jurídica	492
51.7 Reembolso da quantia paga pelo consumidor	492
51.8 Transferência de responsabilidade a terceiros.....	493
51.9 Obrigações iníquas, abusivas com desvantagem exagerada para o consumidor	493
51.10 Cláusula que fere a boa-fé ou a equidade	504
51.11 Inversão do ônus da prova em desfavor ao consumidor	505
51.12 Arbitragem compulsória	505
51.13 Imposição de representante	511
51.14 Opção exclusiva do fornecedor	511

51.15 Variação unilateral de preço	511
51.16 Cancelamento unilateral do contrato.....	512
51.17 Ressarcimento unilateral dos custos de cobrança.....	512
51.18 Modificação unilateral do contrato	512
51.19 Violação de normas ambientais	512
51.20 Cláusulas em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor	513
51.21 Renúncia à indenização por benfeitorias necessárias	514
51.22 Presunção relativa de vantagem exagerada	514
51.23 Conservação do contrato	515
51.24 Controle das cláusulas contratuais.....	515
51.25 Cláusulas Abusivas – Secretaria de Direito Econômico – Portaria Nº 4, de 13 de Março de 1998	517
51.26 Cláusulas Abusivas – Secretaria de Direito Econômico – Portaria Nº 3, de 19 de Março de 1999	519
51.27 Cláusulas Abusivas – Secretaria de Direito Econômico – Portaria Nº 3, de 15 de Março de 2001	521
51.28 Cláusulas Abusivas – Secretaria de Direito Econômico – Portaria Nº 5, de 27 de Agosto de 2002	523
51.29 Planos de Saúde – Cláusulas Abusivas.....	524
51.30 Planos de Saúde – Limitação de prazo de Internação – Cláusulas Abusivas.....	528
51.31 Planos de Saúde – <i>Home Care</i> – Cláusulas Abusivas	528
51.32 Consórcios – Cláusulas Abusivas.....	541
52.1 Crédito ou Concessão de Financiamento ao Consumidor.....	542
52.2 Informação prévia e adequada ao consumidor.....	542
52.3 Multa Moratória.....	542
52.4 Liquidação antecipada do débito	544
52.5 Contrato firmado antes da vigência da lei nº 9.298/96. Inaplicabilidade do código de defesa do consumidor aos contratos de mútuo submetidos às regras do SFH	544
52.6 Contrato de Crédito educativo.....	546
52.7 Cédula de crédito rural.....	546
52.8 Jurisprudências.....	547
53.1 Contratos de Compra e Venda mediante prestações e alienação fiduciária em garantia	549
53.2 Consórcio de produtos duráveis	550
53.3 Moeda Corrente Nacional.....	550
53.4 Jurisprudências.....	550
SEÇÃO III – Dos Contratos de Adesão	554
54.1 Contrato de Adesão	554
54.2 Cláusula inserida no formulário	554
54.3 Cláusula resolutória alternativa.....	555

54.4 Contratos de adesão escritos	555
54.5 Cláusulas que limitam os direitos do consumidor	555

CAPÍTULO VII – Das Sanções Administrativas

(Vide Lei nº 8.656, de 1993)	557
55.1 Normas Gerais de Consumo	557
55.2 Normas de Consumo	559
55.3 Comissões Permanentes	559
55.4 Notificações aos fornecedores	559
56.1 Sanções Administrativas	560

SEÇÃO III – Das Penalidades Administrativas

56.2 Jurisprudências	566
57.1 Graduação da Multa e Fundos Especiais	567
57.2 Montante da Multa	568
58.1 Sanções por Vício e Ampla Defesa	568
59.1 Sanções Subjetivas	569
59.2 Pena de Cassação da Concessão	569
59.3 Pena de Intervenção Administrativa	569
59.4 Reincidência	570
60.1 Imposição de Contrapropaganda	570

TÍTULO II – Das Infrações Penais

61.1 Infrações Penais	572
62.1 Artigo Vetado	573
63.1 Omissão de dizeres ou sinais ostensivos	573
64.1 Omissão na comunicação às autoridades competentes	574
65.1 Execução de Serviços Perigosos	575
65.2 Concurso Material	575
66.1 Falsidade, engano e omissão de informação relevante sobre produtos e serviços	575
67.1 Publicidade sabidamente enganosa e abusiva	576
68.1 Publicidade sabidamente tendenciosa	577
69.1 Omissão na organização de dados que dão base à publicidade	577
70.1 Emprego de peças e componentes de reposição usados	578
71.1 Utilizar meios vexatórios na cobrança de dívidas	579
72.1 Impedimento de acesso a Banco de Dados	579
73.1 Omissão na correção de dados incorretos	580
74.1 Omissão na entrega do termo de garantia adequadamente preenchido	581
75.1 Responsabilidade e concurso de pessoas	582
76.1 Circunstâncias Agravantes	583
77.1 Penas de Multa	583

78.1 Outras Penas prevista no CDC.....	584
79.1 Fiança.....	587
80.1 Assistentes do Ministério Público e Ação penal Subsidiária.....	587

TÍTULO III – Da Defesa do Consumidor em Juízo..... 588

CAPÍTULO I – Disposições Gerais..... 588

81.1 Defesa dos Interesses e direitos dos consumidores e das vítimas. Direito de Ação.....	589
81.2 Natureza Jurídica da Ação.....	589
81.3 Tutela Coletiva dos Consumidores.....	591
81.4 Interesses ou Direitos Difusos.....	592
81.5 Interesses ou Direitos Coletivos.....	593
81.6 Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos.....	594
82.1 Condições da Ação. Legitimidade ad causam.....	598
82.2 Legitimidade nas ações coletivas.....	600
82.6 Legitimidade para a Ação Civil Pública.....	600
82.3 Teoria da Asserção.....	601
82.8 Possibilidade Jurídica do Pedido.....	602
82.9 Elementos da Ação.....	603
82.9.2.1 Teoria da Individuação.....	604
82.9.2.2 Teoria da Substanciação.....	604
82.9.4 Quadro Geral.....	605
82.10 Classificação das Ações.....	605
82.10.1 Segundo o Tipo de Provimento Requerido.....	605
82.10.2 Segundo o Tipo de Tutela e seus Efeitos na Ação de Cognição.....	606
82.10.3 A Tutela Inibitória.....	608
82.11 Legitimados concorrentes para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas.....	615
82.12 Legitimação do Ministério Público.....	616
82.13 Legitimação da Defensoria Pública.....	625
82.14 Legitimação da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.....	627
82.15 Legitimação das entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica.....	627
82.16 Legitimação das Associações.....	628
82.17 Dispensa pelo magistrado do requisito da pré-constituição.....	630
82.18 Jurisprudências.....	630
83.1 Efetividade da Tutela Jurisdicional.....	633
84.1 Cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.....	634
84.2 Conversão da obrigação em perdas e danos.....	634
84.3 Multa e Perdas e Danos.....	635
84.4 Medida Liminar.....	637
84.5 Multa diária ao Réu e seu cumprimento.....	639

84.6 Outras Medidas Necessárias ao efetivo cumprimento da Tutela Específica	642
85.1 Artigo Vetado	645
86.1 Artigo Vetado	645
87.1 Ações coletivas e Acesso à Justiça	645
87.2 Litigância de Má-fé	647
88.1 Ação de Regresso.....	649
88.2 Vedação de denúncia da lide	649
89.1 Artigo Vetado	651
90.1 Aplicação do CPC e da Lei de Ação Civil Pública.....	651
90.2 Jurisprudências.....	652

CAPÍTULO II – Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses

Individuais Homogêneos	652
91.1 Ação Civil Coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos.....	653
92.1 Atuação Obrigatória do Ministério Público.....	653
93.1 Competência.....	654
94.1 Divulgação da propositura da ação	657
94.2 Litisconsórcio	658
94.2.1 Conceito	658
94.2.2 Classificação.....	658
94.2.3 Litisconsórcio Facultativo e seus Casuísmos Legais	660
94.2.4 Litisconsórcio necessário e a Eficácia da Sentença	662
94.2.5 Regime Jurídico de cada Litisconsorte no Processo (arts.117, 229, 391 e 1.005 do CPC).....	665
94.3 Intervenção dos Interessados como litisconsortes e coisa julgada	667
95.1 Condenação	667
95.2 Jurisprudências.....	668
96.1 Artigo vetado	670
97.1 Liquidação e execução da sentença	670
98.1 Execução Coletiva	672
98.2 Jurisprudências.....	673
99.1 Concurso de Créditos.....	674
99.2 Garantia de Preferência.....	675
100.1 Fluid Recovery e Prazo para Habilitação.....	675

CAPÍTULO III – Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços

de Produtos e Serviços	676
101.1 Competência Territorial.....	677
101.2 Chamamento ao Processo.....	677
101.3 Jurisprudências.....	678

101.4 Vedação da integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.....	680
102.1 Ação preventiva.....	681
CAPÍTULO IV – Da Coisa Julgada	681
103.1 A coisa julgada – a definitividade.....	682
103.2 Princípio do Máximo Benefício ou da Dupla Chance.....	683
103.3 Análise a partir da diversidade de interesses.....	684
103.4 Coisa Julgada da Lei de Ação Civil Pública (Lei no 7347/85) transportada in utilibus, às ações de indenização por danos pessoalmente sofridos.....	685
103.5 Coisa Julgada penal transportada in utilibus, às ações de indenização por danos pessoalmente sofridos.....	685
103.6 Jurisprudências.....	685
104.1 Princípio da Primazia da Tutela Processual Coletiva.....	688
104.2 Jurisprudências.....	689
TÍTULO IV – Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	690
105.1 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).....	690
106.1 Departamento Nacional de Defesa do Consumidor.....	692
TÍTULO V – Da Convenção Coletiva de Consumo	695
107.1 Convenção Coletiva de Consumo.....	695
108.1 Artigo Vetado.....	696
TÍTULO VI – Disposições Finais	696
ADENDO - LEI N. 13.460/2017. Proteção, Defesa dos Direitos e Participação do Usuário dos Serviços Públicos da Administração Pública	698
ANEXOS	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.	715
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	720
TÍTULO I – Dos Direitos do Consumidor	720
CAPÍTULO I – Disposições Gerais	720
CAPÍTULO II – Da Política Nacional de Relações de Consumo	721
CAPÍTULO III – Dos Direitos Básicos do Consumidor	723
CAPÍTULO IV – Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos	724
SEÇÃO I – Da Proteção à Saúde e Segurança	724
SEÇÃO II – Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço	725
SEÇÃO III – Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço ...	726

SEÇÃO IV – Da Decadência e da Prescrição.....	729
SEÇÃO V – Da Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	730
CAPÍTULO V – Das Práticas Comerciais.....	730
SEÇÃO I – Das Disposições Gerais.....	730
SEÇÃO II – Da Oferta.....	730
SEÇÃO III – Da Publicidade.....	731
SEÇÃO IV – Das Práticas Abusivas	732
SEÇÃO V – Da Cobrança de Dívidas	734
SEÇÃO VI – Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores	734
CAPÍTULO VI – Da Proteção Contratual	735
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	735
SEÇÃO II – Das Cláusulas Abusivas.....	736
SEÇÃO III – Dos Contratos de Adesão	738
CAPÍTULO VII – Das Sanções Administrativas (Vide Lei nº 8.656, de 1993).....	739
TÍTULO II – Das Infrações Penais.....	741
TÍTULO III – Da Defesa do Consumidor em Juízo	745
CAPÍTULO I – Disposições Gerais.....	745
CAPÍTULO II – Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos	747
CAPÍTULO III – Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços.....	748
CAPÍTULO IV – Da Coisa Julgada.....	749
TÍTULO IV – Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	750
TÍTULO V – Da Convenção Coletiva de Consumo	751
TÍTULO VI – Disposições Finais	752
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	754
CAPÍTULO I – Disposições Preliminares	754
CAPÍTULO II – Dos Direitos Básicos E Deveres dos Usuários	755
CAPÍTULO III – Das Manifestações dos Usuários de Serviços Públicos	758
CAPÍTULO IV – Das Ouvidorias	759
CAPÍTULO V – Dos Conselhos de Usuários	761
CAPÍTULO VI – Da Avaliação Continuada dos Serviços Públicos	761
CAPÍTULO VII – Disposições Finais e Transitórias	762

Referências Bibliográficas	763
---	------------